

DISCURSO DE POSSE DO MINISTRO ARI PARGENDLER NOS CARGOS DE PRESIDENTE DO STJ E PRESIDENTE DO CJF

Ministro Cesar Rocha, peço a compreensão de Vossa Excelência para ler o meu discurso em papel. Faço esse registro em reconhecimento à grande realização da gestão de Vossa Excelência. O Tribunal está marcado por esse fato.

Antes de receber os dez mandamentos (Exodus, 18:25), Moisés nomeou juízes (Exodus, 20:3-17), escolhidos dentre os "homens capazes, tementes a Deus, homens de verdade, que aborreçam a avareza" (Exodus, 18:21). Não era uma atividade profissional; era uma responsabilidade social. Os melhores tinham esse encargo adicional. Desde então, aos juízes associaram-se virtudes. Salomão foi sábio, e sua decisão sobre o destino da criança que duas mulheres reclamavam repercute através dos séculos. "Aceitai" – está dito nos seus Provérbios (8:10-11) – "a minha instrução, e não a prata, e o conhecimento, antes do que o ouro, pois melhor é a sabedoria do que os rubis, e de tudo o que se deseja nada se lhe pode comparar". Os litígios, então, tinham um caráter simples, e sua quantidade não era expressiva; a criminalidade, restrita. A justiça fazia parte da vida cotidiana, e sua distribuição era feita por meio de colegiados amplos. O mais alto tribunal dos Filhos de Israel era composto por setenta e um juízes. Havia outros com vinte e três membros, e até com três.

No livro "Quatro Leituras Talmúdicas", o filósofo Emmanuel Levinas descreve o formato físico desses tribunais.

"O sanedrin formava um semicírculo, 'a fim de que os seus membros pudessem ver-se uns aos outros'. Dava-se, pois, num anfiteatro. O que ocorria de particular era que os seus membros jamais se viam de costas; sempre de frente ou de perfil. Jamais a relação interpessoal era interrompida nessa assembleia. As pessoas olhavam-se de frente. Portanto, jamais, como se diz hoje em dia, o 'diálogo' era interrompido, não se perdendo nunca numa dialética impessoal. Assembleia de rostos e não uma sociedade anônima". "Os juízes estão abertos para o mundo". "Cada um conhecia o seu lugar: a ordem a excluir a contingência. Ninguém se colocava em qualquer lugar, a classificação era rigorosa". "Na abertura do semicírculo... apresentavam-se as pessoas em processo e as testemunhas."

Entre nós, os tribunais têm ordinariamente esse formato. Há quinze anos sentei, pela primeira vez, numa das cátedras deste Tribunal, quase de costas para a abertura do semicírculo. Hoje sento, pela primeira vez, de frente para essa abertura. Há um quê de simbólico nisso. O neófito, desde o seu assento, ouvia pela abertura do semicírculo as postulações das partes, mas tinha diante de si as ponderações dos outros juízes; era a estes que dirigia os olhos.

O juiz antigo, sentado agora na curul presidencial, vê a abertura do semicírculo e a sociedade que dela se descortina. Destacam-se nesse cenário os valores dessa sociedade, que o Tribunal tem a responsabilidade constitucional de preservar, mas também as mazelas do tecido social. Ainda que o formato físico do Tribunal de antanho subsista no Tribunal de hoje, os desafios deste são outros e muito maiores. Há uma massa de consumidores insatisfeitos. A atividade econômica predatória deteriora o meio ambiente. A família já não é um núcleo consistente. A desigualdade social cresce. A violência urbana toma proporções inusitadas. O uso da droga se generaliza. Os maus costumes públicos degeneram em corrupção. Enquanto isso, o crime se organiza. A sociedade moderna, nas mais diversas latitudes, enfrenta esses problemas, e todos deságuam no Judiciário. Até a política é judicializada. Os jurisdicionados clamam, então, contra a justiça tardia e criticam os juízes. Corrupção, violência urbana, e o mais que possa desagradar os jurisdicionados, decorrem, segundo essa crítica, da impunidade; e a impunidade, concluem, tem como causa os juízes. Os juízes, infelizmente, já não são associados às virtudes. Alto lá! Com certeza, a impunidade é um mal, mas o outro extremo é pior: "Queimemo-los todos, Deus reconhecerá quem é seu" – dizia o Manual dos Inquisidores. Entre o crime e a punição, é de rigor um processo. Os meios de defesa, aí incluídos os recursos, estão previstos em lei. Os juízes devem assegurá-los. O preço que a sociedade paga pela demora daí decorrente é a garantia de que os bons cidadãos, diante de uma acusação improcedente, dela se livrarão por meio de um processo justo. Nós, os juízes, fazemos parte dessa sociedade e estamos identificados com os seus valores. Lutamos e lutaremos por eles.

Apreendi esses valores com os meus pais. De onde estou, mirando a abertura do semicírculo deste Tribunal, vejo minha mãe. Devo a ela tudo o que sou. Só os de casa sabem o quanto isso é verdadeiro. Mãe, eu te amo. Vejo também minhas irmãs, Sarita, Miriam e Deborah, e meu irmão, Raul, companheiros de sempre. Vejo a minha filha, Mariana, sempre tão próxima apesar da distância. No momento mais difícil, foi o meu maior apoio. Só me dá alegrias e orgulho. Mariana, eu te amo. Vejo Lia, minha mulher. Que graça, que ternura! Que pessoa maravilhosa! Lia, eu te amo. Não vejo meu pai, mas ele nos vê. Com o olhar no céu, peço a Deus que me faça estar à altura da responsabilidade que hoje assumo a de presidir o Superior Tribunal de Justiça.

Agradeço a presença do Excelentíssimo Senhor Ministro Antônio Cezar Peluso, Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça.

Saúdo os Ministros do Supremo Tribunal Federal Ellen Gracie, Gilmar Mendes, Ayres Britto, Ricardo Lewandowski, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Dias Toffoli, e os Ministros de ontem, que me honram com sua presença.

Excelentíssimo Senhor Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto, Ministro de Estado da Justiça, neste ato representando o Excelentíssimo Senhor Presidente da República; Excelentíssimo Senhor Roberto Gurgel, Procurador-Geral da República, na pessoa de quem cumprimento os membros dos Ministérios Públicos Federal e Estadual;

Meus colegas, Ministros do Superior Tribunal de Justiça de hoje e de sempre;

Excelentíssimo Senhor Ministro Carlos Alberto Marques Soares, Presidente do Superior Tribunal Militar; na oportunidade cumprimento os Ministros desse Superior Tribunal; Excelentíssimo Senhor Ministro Milton de Moura França, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho; estendo os cumprimentos aos membros daquela Corte aqui presentes;

Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado, Nelson Jobim, da Defesa, e Luís Inácio Lucena Adams, Advogado-Geral da União;

Excelentíssimo Senhor Ministro Cristiano Augusto André, Presidente do Tribunal Supremo de Angola;

Integrantes do Conselho Nacional de Justiça;

Excelentíssimo Senhor Dom Lorenzo Baldisseri, Núncio Apostólico, Decano do Corpo Diplomático no Brasil, em nome de quem cumprimento os Excelentíssimos Senhores Embaixadores e representantes do Corpo Diplomático presentes;

Doutor Ophir Cavalcante Junior, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, e apresento também os cumprimentos a todos os advogados aqui presentes;

Excelentíssimo Senhor Ministro Luis María Bunge Campos, representando o Conselho da Magistratura da Nação Argentina;

Excelentíssimo Senhor Peter Messitte, Juiz Federal da Corte do Estado de Maryland, Estados Unidos da América;

Excelentíssimo Senhor Defensor Público Federal Afonso Carlos Roberto do Prado, nesta solenidade representando a Defensoria Pública da União;

Excelentíssimos Senhores Ministros do Tribunal Superior Eleitoral;

Excelentíssimo Senhor Ministro Valmir Campelo, representando o Presidente do Tribunal de Contas da União; saúdo também os Ministros daquela Corte presentes;

Excelentíssimo Senhor Juiz Federal Olindo Herculano de Menezes, Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em nome de quem saúdo os presidentes da 2ª, 3ª e 4ª Regiões e o Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região; cumprimento os demais Juízes Federais presentes;

Excelentíssimo Senhor Desembargador Leo Lima, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, em nome de quem cumprimento os demais Presidentes e Desembargadores aqui presentes;

Excelentíssimo Senhor Juiz Federal Gabriel Wedy, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil; cumprimento também os meus colegas Juízes Federais brasileiros;

Excelentíssimo Senhor Juiz Mozart Valadares Pires, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, em nome de quem cumprimento todos os Juízes estaduais presentes;

Excelentíssimo Senhor Airton Langaro Dipp, Prefeito da nossa querida cidade de Passo Fundo;

Autoridades civis e militares;

Meus colegas de faculdade;

Familiares e amigos;

Servidores do Superior Tribunal de Justiça, do Conselho da Justiça Federal e do Tribunal Superior Eleitoral.

Enfim, a todos que vieram abrilhantar esta cerimônia, muito obrigado pela presença.

Ministro ARI PARGENDLER
Presidente